CRESS-PR em MOVIMENTO

CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região

Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020

Janeiro 2020

29 DE JANEIRO

Dia Nacional da Visibilidade Trans

Todas/os em luta por reconhecimento e direitos

EDITORIAL

Visibilidade Trans em tempos de retrocesso no Brasil

O Dia da Visibilidade Trans no Brasil completa 16 anos de lutas e resistências. Em janeiro de 2004, mulheres e homens trans participaram de um ato no Congresso Nacional para reivindicação de direitos constitucionalmente garantidos. Nesse período de 16 anos, alguns avanços foram conquistados, mas a época de retrocessos que o país vive, marcada por ataques aos direitos humanos e à democracia, chama a comunidade trans e as/os Assistentes Sociais para a resistência. Historicamente, a população de travestis e transexuais tem mostrado resistência em meio à discriminação. Nesta edição do CRESS-PR em Movimento, veremos que o Brasil é líder do ranking mundial dos países que mais registra assassinatos de pessoas trans e travestis. O levantamento é realizado pela instituição Transgender Europe (TGEU), que aponta causas históricas relacionadas, inclusive, à escravidão.

Se desde a década de 1980, quando a força popular se intensificou pelo fim da ditadura e garantia de direitos, culminando na Constituição Cidadã, e os coletivos tem lutado e aumentado sua participação nas camadas de representação, essa luta precisa continuar e se fortalecer.

O CRESS-PR, gestão "Tempo de Resistir: Nenhum Direito a Menos", manifesta a defesa intransigente dos direitos humanos que devem ser garantidos também para a população trans do Brasil. Trata-se, entre outros, do direito à educação, à saúde, ao emprego e à moradia digna. Esta questão precisa ser respeitada, como garante a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário.

Nesse sentido, as/os Assistentes Sociais têm papel fundamental na luta por essa garantia de direitos, com orientações e acolhimento à população trans. A constante observância do Código de Ética do Serviço Social precisa nortear o trabalho das/os profissionais. Todas/os devem permanecer em luta pelos direitos da população trans.

Boa leitura.

Gestão "Tempo de Resistir: Nenhum Direito a Menos"

EXPEDIENTE

CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região
gestão tempo de resistir: nenhum direito a menos!

O informativo CRESS-PR EM MOVIMENTO é uma publicação do Conselho Regional de Serviço Social da 11° Região (CRESS-PR) Rua Monsenhor Celso, 154 - 13° Andar, Centro, Curitiba-PR
Tel.: (41) 3232-4725
www.cresspr.org.br
contato@cresspr.org.br
facebook.com.br/cresspr

Projeto gráfico e diagramação: Up Ideias
Jornalista responsável: Rodrigo Batista - MTB: 9231/PR
Janeiro/2020
Gestão "Tempo de resistir: nenhum direito a menos" - 2017-2020

Diretoria
Presidenta: Joziane Ferreira Cirilo
Vice-Presidenta: Elza Maria Campos
1ª Secretária: Marcia Terezinha de Oliveira
2ª Secretária: Inês Barbosa
1ª Tesoureira: Neiva Luz dos Santos Silva Munhoz
2ª Tesoureira: Viviane Aparecida Pereira Peres

Conselho Fiscal
Fernando Camara
Alexandre Macedo
Elias de Sousa

Suplentes
Hemerson Weslley Maziero
Marly Correia Faria Bavia
Tatiana de Fatima Santos
Ana Cristina Moreira

Comissão de comunicação
Tamires Caroline de Oliveira
Joziane Ferreira de Cirilo
Elza Maria Campos

Seccional de Londrina
Coordenador: Daniel Soares da Silva
Tesoureira: Mileni Alves Secon

Seccional de Cascavel
Coordenadora: Tatiane Martins
Tesoureira: Ereni De Jesus Galvão
Secretário: Vantuir Trevisol
Suplentes: Maria Aparecida Melo Meneses Tamparowsky
Patrícia de Oliveira dos Santos

Dia Nacional da Visibilidade Trans

SAIBA COMO NASCEU O MOVIMENTO QUE COMPLETA 16 ANOS

29 de janeiro de 2004. Esta data marca uma nova etapa na luta das pessoas trans por seus direitos. Naquele dia, mulheres e homens trans, bem como homens travestis, fizeram uma caminhada em Brasília para lançar a campanha "Travesti e Respeito". A ideia do movimento foi promover a cidadania e o respeito entre as pessoas, além de mostrar ao Congresso Nacional a relevância da pauta.

Este foi um dos primeiros atos nacionais organizados pelas pessoas trans. No mesmo dia e ano, o Ministério da Saúde lançou a primeira campanha relativa ao movimento, com o nome "Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos". A repercussão foi grande e fez com que a data se tornasse um símbolo em defesa das pessoas trans. Por isso, foi instituído o dia 29 de janeiro como o Dia Nacional da Visibilidade Trans.

Todos os anos, diversos movimentos são realizados em defesa dos direitos das pessoas trans, tanto nesta quanto em outras datas, o que tem fortalecido a luta em defesa dos direitos da população trans e contra a violência. No ano de 2019, por exemplo, a Associação Paranaense da Parada da Diversidade LGBTI (Appad) organizou a 20° Parada da Diversidade LGBTI, que teve como tema e lema "50 anos de Stonewall - E elas, Travestis, Transsexuais, Transgêneras, Drag Queens e Afeminadas continuam na luta!".

No mundo, o Dia Internacional da Visibilidade Trans é celebrado em 31 de março, data criada em 2009 pela ativista trans Rachel Crandall. Naquele ano, a ativista se disse incomodada por ver que a comunidade trans era retratada somente como vítima de crimes transfóbicos. Dentro ou fora do Brasil, a comunidade trans tem ficado cada vez mais unida para lutar por direito ao trabalho, à saúde, ao acesso à educação, contra a violência e também pelo reconhecimento de sua existência.

Bandeira da Visibilidade Trans na Parada LGBT São Paulo 2018. Foto: APOGLBT SP

Bandeira do Orgulho Trans

Antes mesmo que o dia 29 de janeiro fosse instituído como o Dia Nacional da Visibilidade Trans, em 1999 foi criada a Bandeira do Orgulho Trans, que possui listras com as cores azul, rosa e branco na horizontal. A bandeira foi criada no mês de agosto daquele ano por Monica Helms, uma ativista trans dos Estados Unidos.

O significado da bandeira do orgulho trans é descrito pela autora da seguinte forma: as listras azuis, na parte mais externa da bandeira, representam a cor tradicionalmente usada em bebês nascidos como meninos. As listras rosas representam as cores que tradicionalmente são usadas para bebês nascidas meninas. Já a faixa branca é para pessoas que não são binárias, que não se sentem contempladas pelos dois gêneros. A primeira vez em que a bandeira foi utilizada foi no ano 2000, na Parada do Orgulho Trans em Phoenix, no estado do Arizona, nos Estados Unidos.

Violência e suas causas

BRASIL É O PAÍS COM MAIS MORTES DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. ORGANIZAÇÃO EUROPEIA TRAÇA CAUSAS PARA VIOLÊNCIA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA

O Brasil é apontado como o líder do ranking mundial de assassinatos de travestis e transexuais, de acordo com o Transgender Europe (TGEU), organização que monitora os assassinatos de pessoas trans no mundo. Segundo dados da organização, publicados no site do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) da Universidade de Brasília (UnB), o Brasil teve, entre 01/10/2017 e 30/09/2018, 167 assassinatos de pessoas trans, seguido do México (71), Estados Unidos (28) e Colômbia (21). Soma-se a essa análise do TGEU a forte marca do capitalismo patriarcal e machista, impregnada historicamente e culturalmente na sociedade brasileira.

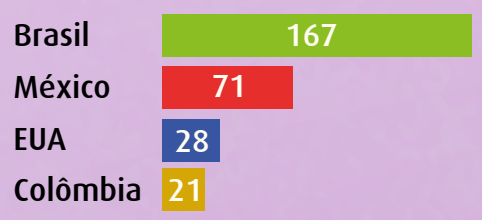
Entre os anos de 2008 e 2017, segundo o site, o Brasil teve 1.071 homicídios contra pessoas trans, o que representa 41,05% do total (2.609 assassinatos) de mortes registradas pelo TGEU no mesmo período. É o país, portanto, com a maior taxa de mortes em números absolutos. Em números relativos, o Brasil fica em quarto lugar, atrás apenas de Honduras, Guiana e El Salvador.

Alguns casos

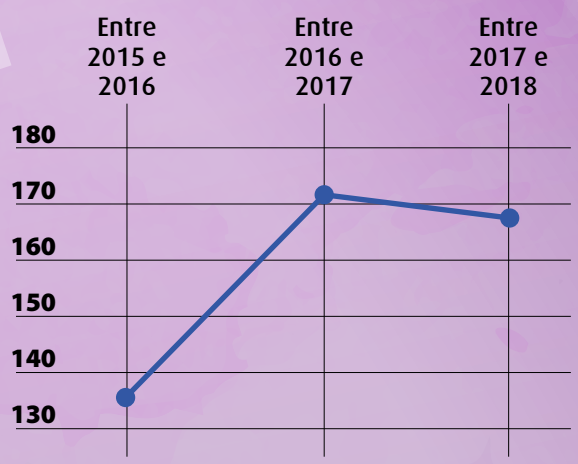
Em fevereiro de 2017, Dandara foi torturada e morta por cinco homens em Fortaleza (CE), que filmaram a ação e divulgaram o vídeo nas redes sociais. Poucos dias antes, outro caso ocorreu contra Hérica Izidório, que foi agredida também em Fortaleza, após voltar de uma festa de pré-carnaval. Hérica ficou internada em estado grave por dois meses e não resistiu aos ferimentos.

No último dia 17 de janeiro de 2020, uma mulher transexual de 38 anos, que trabalhava como garota de programa, foi morta a facadas em Brasília. A Polícia Militar do Distrito Federal disse à imprensa local que, durante uma ronda, os policiais foram abordados por quatro outras mulheres que pediam socorro. As vítimas disseram que um homem, que seria cliente da vítima, teria cometido o crime.

Países que lideram mortes de pessoas trans
(entre 01/10/2017 e 30/09/2018)



Brasil: evolução de mortes de pessoas trans
(de 2015 a 2018)



Razões para violência

O TGEU aponta que o fato de o Brasil e outros países da América Latina lideraram o ranking tem como motivos os altos níveis de violência em contexto histórico, como colonialismo, escravidão e ditaduras, além da vulnerabilidade de transexuais na prostituição e a falta de investimentos em prevenir e investigar os crimes.

Em 2019, o governo federal, por meio de decreto, extinguiu vários conselhos nacionais que permitiam a participação da sociedade civil dentro da já frágil estrutura democrática em que o país vive. Um desses conselhos foi o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Esse foi mais um caso de retrocesso, em meio a retórica do governo contra essa população, o que aumenta a possibilidade de violência e discriminação que atinge travestis e transexuais.

A sociedade precisa estar atenta e lutar contra o aparelhamento do Estado que se impõe contra a população de transexuais e travestis, que lutam por dignidade, respeito, trabalho, educação, saúde e reconhecimento da própria existência. Nenhum direito a menos e pelo fim da violência!

Violência por região do Brasil
(entre 01/10/2017 e 30/09/2018)

Militância trans no Brasil

A IMPORTÂNCIA DE LUTAR POR DIREITOS E RECONHECIMENTO EM MEIO AOS RETROCESSOS

Associações e grupos de militância Trans no país tem despontado na luta contra a discriminação e pela efetivação de direitos. Os grupos, espalhados por todo o Brasil, participam de marchas, fóruns e movimentos que favorecem a Visibilidade Trans. Confira alguns grupos do Brasil que fazem parte da militância Trans:

Instituto Brasileiro Trans Pela Educação (IBTE)

Atua no combate à transfobia no ambiente escolar, para romper monopólios de direitos que coíbem pessoas trans e travestis de acesso à escola. Monitora denúncias de discriminação de travestis, mulheres e homens trans no espaço escolar. Luta pela capacitação de profissionais para o combate a transfobia.
Site da instituição: http://observatoriotrans.org/

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Articula em todo o Brasil 127 instituições. Tem como objetivo identificar, mobilizar, organizar, aproximar, empoderar e formar travestis e transexuais das cinco regiões para construção de um quadro político nacional a fim de representar essa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos.
Site da instituição: https://antrabrasil.org/

Balões com cores da Visibilidade Trans na Parada LGBT São Paulo de 2016. Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil REDETRANS Brasil

Fundada em 2009, no Rio de Janeiro, coloca-se como instrumento de expressão da luta pela garantia dos direitos humanos e cidadania plena de Travestis e Transexuais masculinos e femininos contra quaisquer formas de discriminação, além de priorizar o fortalecimento de políticas públicas governamentais.
Site da instituição: http://redetransbrasil.org.br/

Transgrupo Marcela Prado

Com sede em Curitiba, tem como objetivos a promoção da cidadania, saúde, educação, segurança pública, cultura, além da defesa dos direitos humanos plena das/os travestis e transsexuais, bem como o combate aos estigmas socialmente construídos sobre o tema.
Site da instituição: http://transgrupotmp.blogspot.com/

O CRESS-PR em Movimento conversou com a coordenadora geral do Transgrupo Marcela Prado, Karollyne Nascimento, que falou sobre as conquistas, desafios e a importância da militância trans no Brasil.

Qual a importância da militância trans no Brasil?

A importância está justamente em fazer jus ao motivo pelo qual se dá o nome à questão da visibilidade. São poucos os seguimentos da sociedade que têm esse dia marcado de visibilidade, que têm um dia para a visibilização da população. Isso significa lutar por visibilidade de direitos, mostrar que esse grupo social existe, que a nossa luta é uma realidade, que precisamos ser acolhidas e acolhidos, que também temos direitos como qualquer outra pessoa. Nós merecemos e precisamos ter um olhar mais humanizado.

Quais as principais conquistas da população trans até o momento?

Uma delas é o acesso ao uso do nome social no SUS (Sistema único de Saúde). Também temos o direito do uso do nome social na educação. No ano de 2018, obtivemos o direito a retificação do nome diretamente no cartório do registro. Outras conquistas envolvem a redução para a idade para a cirurgia de redesignação sexual, que passou de 21 para 18 anos. Outra questão é a mudança da idade mínima para a hormonioterapia para os 16 anos. Atualmente o uso de imunobloquadores em crianças trans também pode ser feito a partir dos 12 anos. E, recentemente, neste mês de janeiro de 2020, tivemos a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de arquivar a discussão junto ao CFP (Conselho Federal de Psicologia) da terapia de reversão de homossexualidade, abrangendo também a população trans.

E quais os principais desafios no momento para a população trans?

Podemos falar do reconhecimento de identidade, ou seja, a possibilidade de ser quem você quer ser. Isso é um desafio muito grande para a população. Vivemos uma realidade em que muitas de nós tem seus corpos sexualizados, como se muitas pessoas trans só servissem para objetificação do prazer. Dentro dessa discussão, a gente pode incluir várias outras dificuldades: podemos falar de educação, de trabalho, do direito a se sentir pertencente à família, pertencente à sociedade, por não nos enquadrarmos dentro de padrões.

Karollyne Nascimento, coordenadora geral do Transgrupo Marcela Prado. Foto: Facebook

Assistentes Sociais na luta pelos direitos das pessoas trans

As/os Assistentes Sociais têm entre seus princípios fundamentais, dispostos no Código de Ética do/a Assistente Social, temas que estão ligados às causas das pessoas trans e que estão relacionados à luta por direitos e à defesa intransigente dos direitos humanos. Entre esses temas estão:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

As cores da Visibilidade Trans na Parada LGBT São Paulo 2018. Foto: APOGLBT SP

Bandeira da Visibilidade Trans estendida sobre participantes da Parada LGBT São Paulo 2016. Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

O Código de Ética está disponível na íntegra neste link. Para falar sobre a participação da população como um todo e das/os Assistentes Sociais na luta pelos direitos e pelo reconhecimento da população trans, o CRESS-PR em Movimento conversou também com a coordenadora geral do Transgrupo Marcela Prado, Karollyne Nascimento. Confira.

Como a sociedade pode atuar para que essa parcela da população tenha seus direitos reconhecidos?

Primeiramente é importante a população em geral saber que prezamos pelo respeito. Respeitar e nos respeitar é um princípio muito grande e fundamental para qualquer relação pessoal. Ninguém precisa nos aceitar, basta nos respeitar. Queremos que nos deixem viver como queremos viver. Esse seria o princípio básico. A gente não está em busca de privilégios. Exercer os principais direitos não é buscar privilégios. É importante lembrar do Artigo V da Constituição, que diz que todos somos iguais. Por isso, a sociedade precisa entender essa igualdade, que não queremos tirar o lugar de ninguém.

Qual o papel da o Assistente Social nesse sentido?

Acredito que é importante que essas/es profissionais tenham sempre um olhar sensível para essa população, para o tratamento, receptividade e acolhimento. É importante sempre que as/os Assistentes Sociais tenham e mantenham capacitação e busquem conhecimento sobre a população trans. É sempre importante ressaltar que a gente busca a igualdade, poder exercer a igualdade. Não queremos privilégios com olhares diferenciados. Nos consideramos iguais, independentemente de como nascemos. Precisamos ser respeitados.

Trio Visibilidade Trans na Parada LGBT São Paulo 2016. Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil